



ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS & GEOGRAFIAS

Landscapes & Geographies Journal

O TERRITÓRIO MERCANTILIZADO DAS FESTAS JUNINAS DE CAMPINA GRANDE (PB): DAS FESTIVIDADES DE BAIROS AO PARQUE DO POVO

THE COMMERCIALIZED TERRITORY OF JUNE FESTIVALS IN CAMPINA GRANDE (PB): FROM NEIGHBORHOOD FESTIVITIES TO PEOPLE'S PARK

*Jordania Alyne Santos MARQUES¹
Alessandro DOZENA²*

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus de Patos e na Universidade Estadual da Paraíba, campus Campina Grande. E-mail: jordania.marques@ifpb.edu.br

² Pesquisador e Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus de Natal-RN. E-mail: sandozena@gmail.com.

RESUMO

As festividades juninas são permeadas de elementos simbólicos materiais e imateriais, condicionando múltiplas apropriações, gerando territorialidades em Campina Grande, no estado da Paraíba. Sobre esse prisma, este artigo tem como objetivo compreender como o Parque do Povo torna-se um território mercantilizado, e como se dão as apropriações e demarcações territoriais durante o período festivo. Para alcançar tal finalidade, os procedimentos metodológicos foram baseados na abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica, uso do diário de campo, observação participante, entrevistas, diálogos abertos, netnografia/etnografia virtual, registros fotográficos e videográficos. A partir da investigação realizada, é indiscutível que na cidade coexistem festividades, considerando seus processos de reinvenções e recriações, por meio de uma disputa territorial. Contudo, no transcorrer do tempo, a festa tem sido envolta em um caráter mercadológico com tensões arridas pela segregação socioespacial condicionadas pelas condições socioeconômicas dos sujeitos, as quais ditam onde permanecem no local festivo, sobretudo, no que se refere ao Parque do povo.

Palavras-chave: Festa junina. Territorialidade. Campina Grande.

ABSTRACT

The June festivities are permeated by material and immaterial symbolic elements, conditioning multiple appropriations, generating territorialities in Campina Grande, in Paraíba. In this light, this article aims to understand how the Parque do Povo becomes a commodified territory, and how territorial appropriations and demarcations take place during the festive period. To achieve this purpose, the methodological procedures were based on a qualitative approach, through bibliographic review, use of field diary, participant observation, interviews, open dialogues, netnography/virtual ethnography, photographic and videographic records. From the investigation carried out, it is indisputable that festivities coexist in the city, considering their processes of reinvention and recreation, through a territorial dispute. However, over time, the party has been wrapped in a marketing character with tensions raised by socio-spatial segregation conditioned by the socioeconomic conditions of the subjects, which dictate where they remain in the festive place, especially with regard to the People's Park.

Keywords: June Festival. Territorialities. Campina Grande.

INTRODUÇÃO

Em Campina Grande, no agreste paraibano, as festividades juninas são esperadas com regozijo, havendo alterações na ornamentação das ruas, praças, estabelecimentos comerciais, prédios públicos e casas. A cidade reveste-se com bandeirolas multicores, luzes, fogueiras, candeeiros, fitas de cetim, balões, chapéus de palhas, imagens dos Santos Antônio, João e Pedro, representações de casas de taipas/pau-a-pique, bem como de tecidos com estampas em xadrez e em cores fortes e florais.

Além das modificações visuais, a festa instiga os demais mecanismos perceptivos, por meio das sonoridades, com destaque para a combinação harmônica entre a sanfona, o triângulo e a zabumba. Os cheiros e sabores são acionados pelos alimentos típicos da época, tendo como exemplo, a pamonha, mungunzá, canjica, pipoca, cocadas, tapiocas, queijo de coalho, os bolos de milho e pé-de-moleque. Todo esse conjunto de alimentos instaura-se como um elemento potencial para acionar o imaginário rural e o pertencimento à comemoração.

A relação entre a cidade e a festa precede a sociedade capitalista (GRAVARI-BARBAS 2011 *apud* FAINSTEIN, 1998). Na antiguidade, seu objetivo era incluir o homem na natureza sem causar desordem (KIM, 2011). Isto posto, os modos de organização e os locais de encontro variam consoante a sociedade e seus contextos histórico-culturais (MADOEUF, 2011).

A festa impulsiona a metamorfose da cidade, propicia uma dinâmica particular e fomenta múltiplas apropriações (GWIAZDZINSKI, 2011) as quais, em concordância com o pensamento de Morin (2005), vão se dando numa ordem e numa desordem. Logo, essa comemoração junina “obriga-nos a pensar as coisas no sentido da complementaridade e não da oposição, da complexidade e de maneira binária e setorial” (GWIAZDZINSKI, 2011, p. 349).

Tratando dessa manifestação cultural por esse ângulo, passamos a refletir sobre a trama locacional concretizada por intermédio de ações e de objetos que estão dispostos fisicamente no espaço (GOMES, 2012), condicionando as dinâmicas que baseiam as territorialidades. Em vista disso, a partir das comemorações, os festeiros demarcam, apropriam, percebem e vivenciam o território, gerando o que nomeamos de territorialidades da festa junina.

Desta maneira, este trabalho é fruto da pesquisa de dissertação apresentada no ano de 2018 no âmbito do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na qual, deu-se ênfase a compreensão das apropriações territoriais mediadas pelas práticas sociais e representações subjetivas nas festas juninas de Campina Grande.

Neste sentido, o trabalho se ancora no par dialógico território-territorialidades. O território é resultado das “relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espaço” (HAESBAERT, 2014, p. 58), e essas relações de poder são consideradas não apenas do ponto de vista das materialidades, mas também na sua função simbólica. Em outras palavras, “é o encontro entre uma área e os indivíduos em uma associação inalienável entre espaço (objetos) e uma estrutura de significados (sujeitos)” (PAULA, 2011, p. 120).

Recorrendo às contribuições de Bonnemaïson (2002), reiteramos que toda cultura se encarna em uma territorialidade, isto é, em uma dinâmica que se constitui em decorrência da criação e da apropriação do território, em que as imaterialidades do espaço passam a adquirir uma significação efetiva (LIMA, 2016). Desse modo, em função das festividades juninas em Campina Grande, ocorrem interações entre os festeiros e o espaço que

denotam muitas possibilidades de construção de significados e de valores subjetivos que são projetados e territorializados¹.

Delimitamos como escala desta pesquisa, ou seja, “a medida que confere visibilidade do fenômeno” (CASTRO, 1995, p. 123), o Parque do Povo e suas intermediações. Este constitui-se como o núcleo sede da festividade, durante trinta noites, envolto sobre uma lógica mercantilizada, a partir de uma Parceria Público-Privada (PPP) estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande e a empresa Aliança Comunicação e Cultura.

Partindo dessas postulações, formulamos o objetivo central do presente artigo, que é compreender como o Parque do Povo torna-se um território mercantilizado, e como se dão as apropriações e demarcações territoriais durante a festa junina.

Diante do exposto, além da introdução e das considerações finais, o presente capítulo é composto por três tópicos: no primeiro discorremos a respeito da festa e da cidade, como elas se encontram, bem como sobre a profissionalização da festa, sobretudo, a partir do final da década de 1970, com a organização das festividades na área central da cidade; no segundo dissertamos sobre o percurso metodológico da pesquisa, no terceiro e último enfocamos a atual conjuntura da festa junina do Parque do Povo e suas intermediações, acentuando a sua importância econômica, o processo de terceirização e suas reverberações nos modos de festejar e nos modos de organizar a cidade.

DAS FESTIVIDADES DE BAIROS A ESPETACULARIZAÇÃO TURÍSTICA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As festas juninas nordestinas “são eventos predominantemente profanos, mas que têm sua origem em elementos do sagrado, reinventados pela cultura popular e redesenhados no espaço urbano” (CASTRO, 2012, p. 51). Essa manifestação cultural se embasa na ruralidade, na seca, na religiosidade e na tradicionalidade.

Mesmo estando calcada no mundo rural, é na cidade e em razão dela que ocorre a proeminência da tradição, compreendida equivocadamente como algo obsoleto e antiquado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013; HALL, 2008). Nesse contexto, perante um Nordeste imagetivamente criado pelo regionalismo, ergue-se a festa junina constituída por vários elementos e símbolos: fogueira, balões, bandeirolas multicores, celebrações religiosas católicas, adivinhações, compadrios, comidas típicas regionais, quadrilhas e forró (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013; CHIANCA, 2013).

Sob esse panorama, Castro (2012), com base em Deleuze e Guattari (1997;1992), alude que, atualmente, as festas no espaço urbano passam por um processo de “estriamento engendrado por ‘máquinas’ de cooptação e ‘máquinas’ de normatização e racionalização, tanto estatais quanto privadas, que conservaram alguns elementos relevantes das festas tradicionais e acrescentaram outros elementos e processos” (CASTRO, 2012, p. 44).

Nesse cenário, os administradores públicos e empresariais concebem a cidade do ponto de vista da reprodução econômica e comercial, colocando-a como mercadoria para deterem dinheiro por intermédio do consumismo, do turismo e das indústrias culturais, tendo como “plano de fundo” uma política de desenvolvimento

¹ A atribuição mercadológica que envolve as festas juninas não remove ou dizima outras apropriações territoriais nas cidades, ao contrário, essas coexistem e estão justapostas, conforme detalhado na dissertação.

urbano que visa proporcionar uma boa imagem urbana e crescimento econômico (CARLOS, 2007; GRAVARI-BARBAS, 2011; HARVEY, 2011).

Em vista disso, algumas comemorações juninas são empregadas como tática de geração de renda e para a eminência das cidades na dinâmica turística do Nordeste, a exemplo das cidades do semiárido apontadas como médias: Mossoró, no oeste do Rio Grande do Norte, Campina Grande e Caruaru, no agreste da Paraíba e de Pernambuco, respectivamente (BEZERRA, 2006; CASTRO, 2012).

Em Campina Grande, as festas juninas se iniciam no campo, voltadas para a comemoração da safra agrícola, em especial do milho, sendo esse o ingrediente principal das comidas produzidas na época. Isto se dá pela confraternização entre amigos e familiares, ocorrendo o descolamento de festeiros das cidades e vilas para as fazendas e pequenas propriedades rurais, realizando quadrilhas, adivinhações alusivas ao futuro (a) esposo/esposa, bem como soltando fogos e balões (LIMA, 2008; MORIGI, 2007).

Ao final do século XIX e primórdios do século XX Campina Grande tornou-se um importante espaço socioeconômico paraibano, em meio a “redefinição do eixo dos transportes e a consolidação da matriz comercial algodoeira” (OLIVEIRA, 2009, p. 12), dirigindo-se aos portos da Paraíba e de Pernambuco com destino ao mercado europeu e americano (LACERDA JÚNIOR e LIRA, 2012).

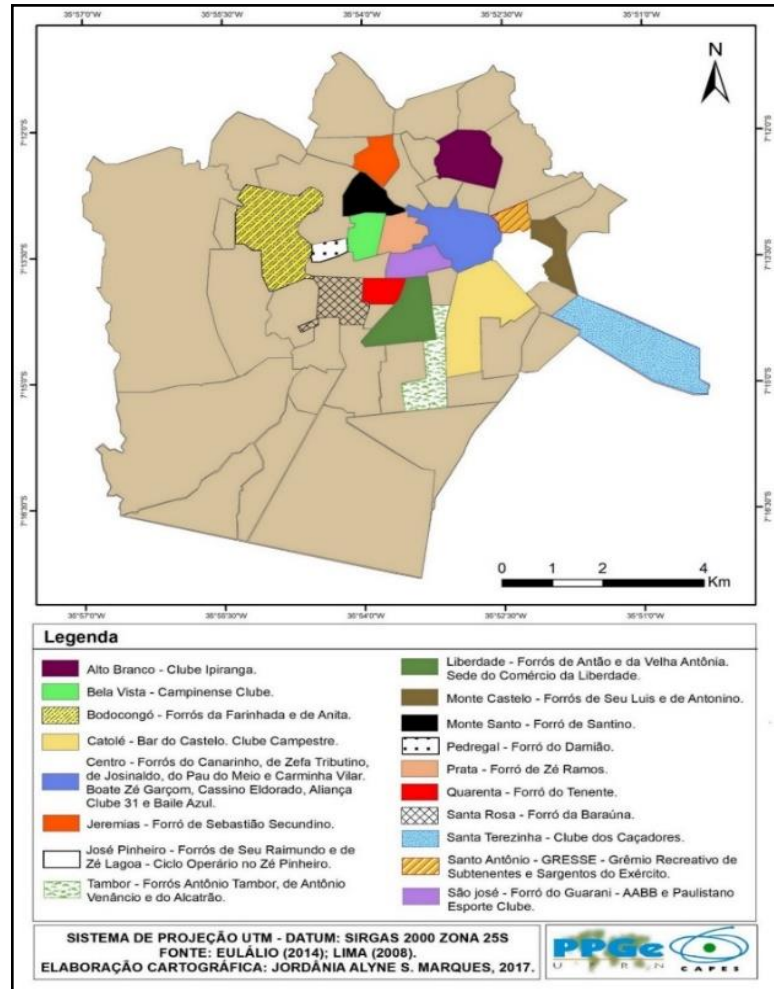
No entanto, com o declínio da economia do “ouro branco”, adjunto ao desenvolvimento dos setores industriais e a estiagem na década de 1940, acrescido ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma repercussão no mercado de trabalho e na produção de alimentos no país, atingindo principalmente a população pobre das cidades e os habitantes do campo, culminando no processo de êxodo rural (EULÁLIO, 2014).

Ao se estabelecerem nas áreas periféricas de Campina Grande, os migrantes organizavam as festividades juninas, a princípio, nas residências, e *a posteriori*, nas ruas, de modo que os principais impulsionadores dessas comemorações eram o acendimento das fogueiras ao anoitecer dos dias de Santo Antônio e São João, servindo para acalorar-se em virtude das temperaturas amenas, característica do mês de junho, e também para assar batatas e milho verde para se alimentarem (MORIGI, 2007).

Entre as décadas de 1940 e 1970, as festas juninas campinenses se difundiram por clubes, associações, bares e festas de bairros (Mapa 1).

O governo municipal, via Assessoria de Recreação e Cultura do Município (ARC) e a Empresa de Desenvolvimento Cultural da Borborema (EMDEB), vislumbrando o “projeto junino” para concentrar especialmente a festa junina no sítio urbano de Campina Grande, criou em 1976 dois locais destinados para esse fim, passando a requerer das quadrilhas juninas e barraqueiros um credenciamento prévio para a sua participação, a fim de organizar os eventos. Nesse período, participavam das comemorações as escolas de ensino básico municipal e privada, as sociedades de amigos de bairro e os moradores da cidade de modo geral (LIMA, 2008).

O então gestor municipal, Enivaldo Ribeiro, em 1982, desapropriou uma grande área nas adjacências do Açude Novo para a instalação do Centro Cultural Lourdes Ramalho (popularmente denominado como “Coqueiro de Zé Rodrigues”), mas boa parte do terreno ficou inocupado, de tal modo, que no ano de 1983, o prefeito Ronaldo Cunha Lima construiu o “Palhoção” (Figura 1), para sediar as comemorações juninas, nomeadas de “Maior São João do País”, com uma infraestrutura simples (LIMA, 2008; MORIGI, 2007).



Mapa 1 – Os bairros e as festividades juninas entre as décadas de 1940 e 1970. Fonte: Autoria própria (2017).

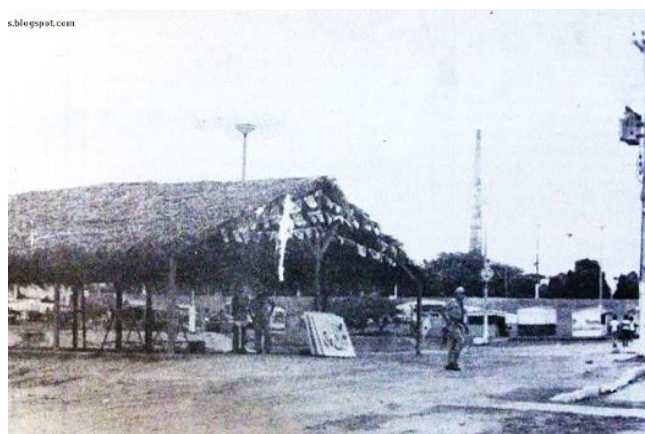


Figura 1 – Palhoção em 1983. Fonte: Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10/05/2016.

O período histórico aludido, registrado por meio da fotografia, “permite reingressar numa série de fatos ou acontecimentos vivenciados por grupos sociais em um determinado espaço e tempo” (MELO, 2008, p. 79). Nesse sentido, ela não é uma mera ilustração, mas nos possibilita confabulações com narrativas de memórias.

Minhas maiores e melhores lembranças são de quando era a palhoça, o chão era de barro, coberto por palhas de coqueiros, era bom demais, só tinha forró autêntico, o chamado pé-de-serra, além do mais tinha muita canjica, pamonha, quentão, milho assado, bolo pé-de-moleque e muitas outras comidas regionais (Victor - Entrevista concedida em 24/06/2017).

Eu e meus amigos ficávamos a noite todinha nas quadrilhas, lá era bem diferente da estrutura de hoje, era já no final da década de 70, tinha somente a palhoça e somente depois construíram a Pirâmide, hoje está bem grande e diferente (Manuel- Entrevista concedida em 25/06/2017).

Nas narrações dos festeiros, nos deparamos com uma cartografia cognitiva ou mental, sendo ela constituída de “imagens do ambiente guardadas na mente das pessoas” (SEEMANN, 2003, p.9), marcada por “encontros e desencontros” (GAMALHO, 2016, p.38).

Nas confluências dessa representação do ambiente festivo, recorrendo à experiência corporal, que é “a base de toda sensação e percepção e, conseqüentemente, de toda imaginação e memória simbólica” (TORRES, 2016a, p. 196), evidencia-se a espontaneidade do Palhoção. Igualmente, citam-se com saudosismo as paisagens sonoras, isto é, os “elementos comunicativos, como a fala humana e os elementos artísticos sonoros, como as músicas” (TORRES, 2016b, p. 182).

Essas últimas são associadas às alegrias experimentadas nas festas juninas em tempos de outrora. Além disso, no transcorrer de nossa conversa, os entrevistados aludiram que em virtude de serem originários do campo, as canções lhes são cheias de reminiscências do cotidiano na adolescência e infância. Nessa acepção, “as músicas contribuem para a criação de uma ligação emotiva e humana com os lugares, além de demarcarem corporeidades, territorialidades e relações sócio-espaciais” (DOZENA, 2009, p.187).

Em 1984 a festividade atrelou-se de fato à lógica turística, passando a ser denominada como “O maior São João do Mundo”, manifestando plenamente os interesses econômicos das elites locais. Nos anos posteriores a festividade passou a compor o calendário do Instituto Brasileiro de Turismo, transformando-se na principal imagem da cidade (LIMA, 2008). Mas, foi em 1986 que o local passou a contar com uma melhor infraestrutura, transformando-se no Furródromo com a construção da Pirâmide (Figura 2).

Ao construir o Parque do Povo, o prefeito utilizou estratégias discursivas por meio da mídia, objetivando impulsionar a economia da cidade e construir uma identidade campinense associada ao discurso do “Maior São João do Mundo”, além de utilizá-lo politicamente. Sendo a festa um “legado” dessa família, os trinta dias de festa são esperados com muito entusiasmo, já que o momento é propício para a comunicação com o seu eleitorado (LIMA, 2008).

Com o passar dos anos, a festa ganhou visibilidade e uma maior projeção em escala nacional, sendo fundamental o papel desempenhado pelas mídias, sobretudo a Rede Globo de Televisão. Com isso, um maior contingente de visitantes oriundos de várias regiões do Brasil, assim como de outros países, passa a se deslocar

com destino a Campina Grande. Considerando-se o valor econômico agregado à comemoração, várias empresas de distintos ramos passam igualmente a interessar-se pela festa (LIMA, 2008, MARINHO, 2013; MORIGI, 2007).



Figura 2 – Construção da Pirâmide – Forró-dromo. Fonte: cgretalhos.blogspot.com.br/, acesso em 10 de maio de 2016.

Isto posto, a cada edição do São João, sucede-se a decoração, danças, comidas, músicas e fogos de artifícios que estão atrelados a ruralidade, religiosidade e identidade nordestina. Todavia, no desenrolar dos anos, ocorrem rupturas no tocante aos cenários da festa, com a inclusão de reproduções de prédios importantes para a história de Campina Grande, remetendo-se ao final do século XIX. Houve também o aumento no número de barracas, de restaurantes, da exposição de *slogans* dos patrocinadores e camarotes. Esse acréscimo de estabelecimentos gastronômicos causou a inclusão de alimentos incomuns de serem consumidos nas festas juninas, tendo como exemplo a pizza (MARINHO, 2013; MORIGI, 2007). Além do forró, outros estilos musicais foram incluídos, a exemplo do sertanejo e religioso.

APROPRIAÇÕES, PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS TERRITORIAIS DA FESTA: NOTAS SOBRE OS PERCURSOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

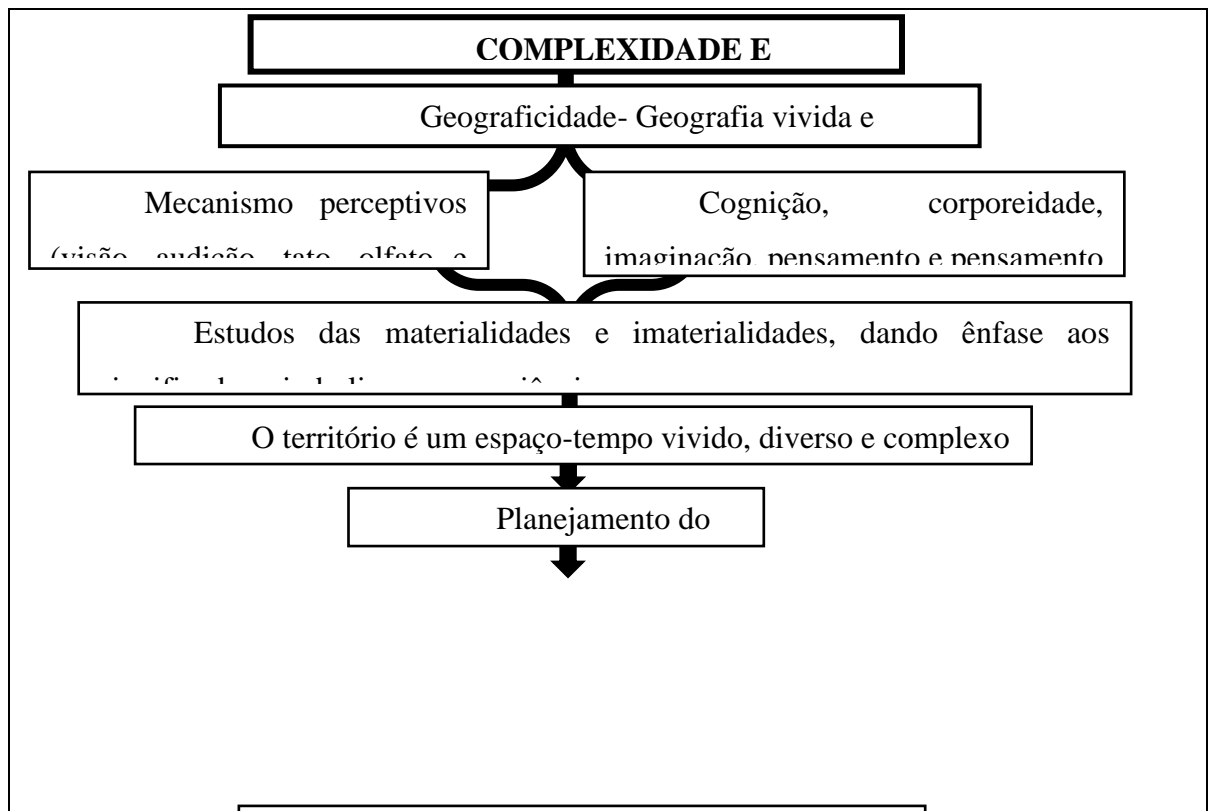
O sustento metodológico se deu por intermédio da pesquisa qualitativa, considerando-a como uma das estratégias que favorece imergirmos na festa, ajudando-nos a vislumbrar e a explicar o território por distintos e numerosos modos (VERDUM *et al.*, 2016), compreendendo-o enquanto um “espaço-tempo vivido, (...) diverso e complexo” (HAESBAERT, 2014, p. 55-56). Assim, “não basta viajar em torno do território, é preciso realmente invadi-lo. Vale a pena pelo mesmo tentar essa aventura” (BONNEMAISON, 2002, p. 131).

Por essa razão, ao “aventurar-se por geografias subterrâneas, por vozes silenciadas, impõe rigor e criatividade na execução e reflexão metodológica” (GAMALHO, 2016, p. 35). Nesse sentido, buscamos uma perspectiva complexa e fenomenológica que nos ajudou a enxergar as apropriações e ouvir os discursos produzidos e reproduzidos, considerando as materialidades e subjetividades inerentes a cada território festivo. Portanto, ao mergulhar na festa e entender os deslocamentos e os movimentos, podemos compreender o espaço pela dimensão de suas territorialidades.

O trabalho de campo é uma permanente troca de saberes, sendo de suma relevância interessar-se pelas conversas, manifestações despretensiosas, e por tudo que relata o lugar, considerando-se que os sujeitos possuem saberes baseados no mundo conhecido e significado. Assim sendo, se transpassam as questões vinculadas às materialidades, todavia, sem desprender-se delas (HEIDRICH, 2016).

Logo, se faz primordial o planejamento e a escolha das técnicas empregadas para registrar o campo, já que essa atividade é articuladora das demais ações (GAMALHO, 2016). Mas, antes de adentrar na explanação sobre o campo e as técnicas empregadas, é preciso evidenciar a pertinência das etapas que precedem a ida aos territórios festivos. O aporte teórico-metodológico abriu meu olhar, aguçou o meu ouvir e ajudou-me a sentir e a analisar o ambiente festivo (Fluxograma 1).

FLUXOGRAMA 1 – Construção dos procedimentos metodológicos



FONTE: Elaborado pelo autor com base em técnicas e análises da abordagem de Ponty (1999), Dardel (2011), Rocha (2007), Corrêa (1995), Haesbaert (2014), Heidrich (2016) e Gamalho (2016).

Em vista disso, foram elementares as fontes secundárias, as quais possibilitaram a construção de um campo discursivo sobre a festa junina de Campina Grande, especialmente no que concerne à comemoração no Parque do Povo, a partir de reportagens e notícias veiculadas pelos principais portais e jornais digitais da Paraíba e da cidade em estudo, assim como pelo *site* oficial do evento.

Na busca de compreender a importância da festa para Campina Grande, como sua organização, seus impactos econômicos e quais as perspectivas futuras, entramos em contato com a gestão municipal, inicialmente, no ano de 2016. Direccionamos nossos esforços para conversar com os responsáveis pela pasta de Desenvolvimento Econômico e/ou a Coordenadoria de Turismo, porém sem êxito nas tentativas. Somente em

fevereiro de 2017 efetuamos uma entrevista com o Secretário de Planejamento, que, na ocasião, já declarava o processo de terceirização da festa, bem como a saída do evento do Parque do Povo.

Nessa produção de informações, nos valemos muito das redes sociais digitais Facebook e WhatsApp, e por intermédio da Associação de Quadrilhas Juninas de Campina Grande (ASQUAJU-CG), identificamos e estabelecemos contato com as quadrilhas, momento oportunizado para tratar da organização de cada uma, dos principais festivais/concursos que participam, bem como dos locais de apresentação na cidade - essa última informação subsidiou a identificação das festividades de bairros. A União Campinense das Equipes Sociais (UCES) viabilizou os contatos telefônicos dos presidentes das Sociedades Amigos de Bairros (SABs), e a partir disso, os indagamos sobre a existência de comemorações em suas localidades no período junino.

A utilização do *Facebook* via o grupo *Festa Junina de Campina Grande (PB)*, foi uma estratégia de escuta, almejando compreender como os participantes vivenciam as festividades, sendo que igualmente buscamos embasamento na netnografia/etnografia virtual, que é uma técnica de observação das comunicações dos sujeitos no ciberespaço (CORRÊA; ROZADOS, 2017).

Para a efetivação das nossas viagens no território festivo junino do Parque do Povo, nos meses de junho e julho de 2017, optamos pelo uso do diário de campo, da observação participante, das entrevistas, dos registros fotográficos e dos diálogos abertos.

O TERRITÓRIO ESPETACULARIZADO DO PARQUE DO POVO

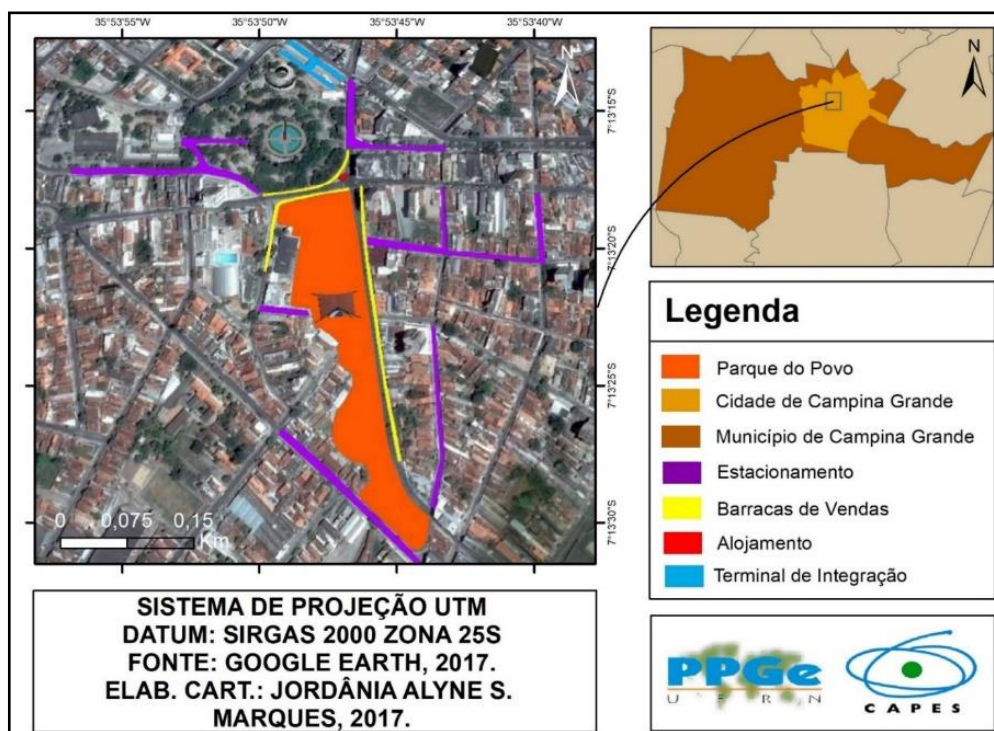
A festa é “compreendida como uma luta pelo poder” (FERREIRA, 2003, p. 6), instaurando disputas desde a elucidação do discurso de determinado local como festivo, passando pela conquista do espaço material e adentrando na dimensão simbólica. O caráter mercadológico da festa vem sendo acrescido, sobretudo pela ampliação da venda de camarotes, barracas e quiosques dentro do Parque do Povo, isto resultou na delimitação de territorialidades, tornando-se explícita a segregação sócioespacial já que “o fator financeiro é que define quem melhor consome os espaços dela” (MARINHO, 2013, p. 30).

As intermediações do Parque do Povo passam a ser dotadas de importância econômica no período festivo, tanto para a alocação de imóveis e estacionamentos quanto para a comercialização de alimentos (Mapa 2).

Ao final do mês de maio, aumenta a procura por hospedagem no entorno do Parque do Povo, e além dos estabelecimentos formais, algumas famílias locam ou recebem em suas residências visitantes. Tal fato se reverbera no aumento do valor dos aluguéis de casas e apartamentos no centro e no bairro São José.

Com a chegada dos vendedores, as calçadas das ruas (Sebastião Donato, Paulino Barbosa e Lino Gomes da Silva), bem como as margens do Parque Evaldo Cruz/Açude Novo e proximidades do Terminal de Integração de Passageiros, passam a ser ocupadas por barracas e tendas com vendas de alimentos variados.

Uma ampla parcela desses comerciantes acaba por alugar-se dentro e/ou lado de suas barracas e tendas, visto que esses não possuem poder aquisitivo para pagar a hospedagem. Assim, para higienização pessoal, necessidades fisiológicas, lavagem de roupas e utensílios domésticos, fazem uso dos banheiros e das torneiras instaladas no interior do Parque Evaldo Cruz.



Mapa 2 - Arredores do Parque do Povo. Fonte: Autoria própria (2017).

Ao conversar com uma vendedora de acarajé, esta expôs a sua indignação com relação à ausência de apoio da prefeitura: “só porque não temos dinheiro para estar dentro do Parque do Povo, isso não quer dizer que não merecemos respeito, deveriam disponibilizar ao menos água de boa qualidade e mais banheiros químicos” (Aline – entrevista concedida em 10 de junho de 2017).

Chegando a primeira semana de junho, mudam-se as rotas de veículos em algumas ruas do centro da cidade, aumenta-se a frota e estende-se o horário de circulação dos ônibus urbanos para propiciar o deslocamento das pessoas em direção à comemoração, e as ruas paralelas se transformam em grandes estacionamentos ao ar livre.

Aos finais de semanas, às vésperas do São João e nos dias de atrações musicais pertencentes ao *mainstream*, a exemplo de Aviões do Forró, Wesley Safadão, Marília Mendonça e Padre Fábio de Melo, os estacionamentos ficam bastante cheios, uma vez que, além dos cidadãos e turistas, acrescentam-se os sujeitos advindos dos municípios próximos a Campina Grande. No sistema chamado de “bate e volta”, estes deslocam-se em carros particulares, vans e ônibus fretados.

As ruas apontadas no mapa anterior, nas cores roxo e amarelo, não são usadas apenas do ponto de vista de sua materialidade. Muitos símbolos também aparecem nas pichações (Figuras 3 e 4) desejando “provocar, gerar desconforto, transgredir e demarcar territórios simbólicos e criar fama entre os semelhantes” (COSTA e DOZENA 2014, p. 66).

Na rua Dr. João Moura a parede de uma residência tornou-se suporte de mensagens apresentando descontentamento com relação ao processo de terceirização da festa. Já na rua Paulino Barbosa foi usada para demonstrar insatisfação com a conjuntura política do Brasil, com críticas direcionadas ao presidente da república naquela ocasião, por meio de uma pichação na estrutura que circunda o Parque do Povo.



Figura 3 – Críticas ao presidente. Fonte: Autoria própria (2017).

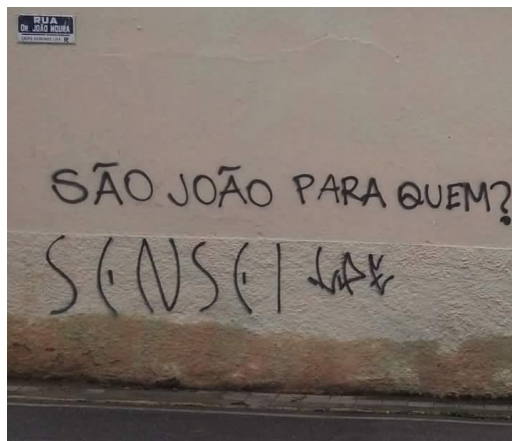


Figura 4 – Insatisfação com relação a mercantilização da festa. FONTE: Autor desconhecido, disponibilizado por um membro do Grupo do facebook “Festas Juninas de Campina Grande”.

Alguns críticos, há anos, questionam os altos investimentos públicos na festividade junina, haja vista a necessidade de melhorias na educação, saúde e serviços urbanos básicos. Sob essa ótica, em 2017, as tensões nas festividades juninas no Parque do Povo começaram desde o anúncio da terceirização da mesma, agravando-se com a divulgação da programação do palco principal.

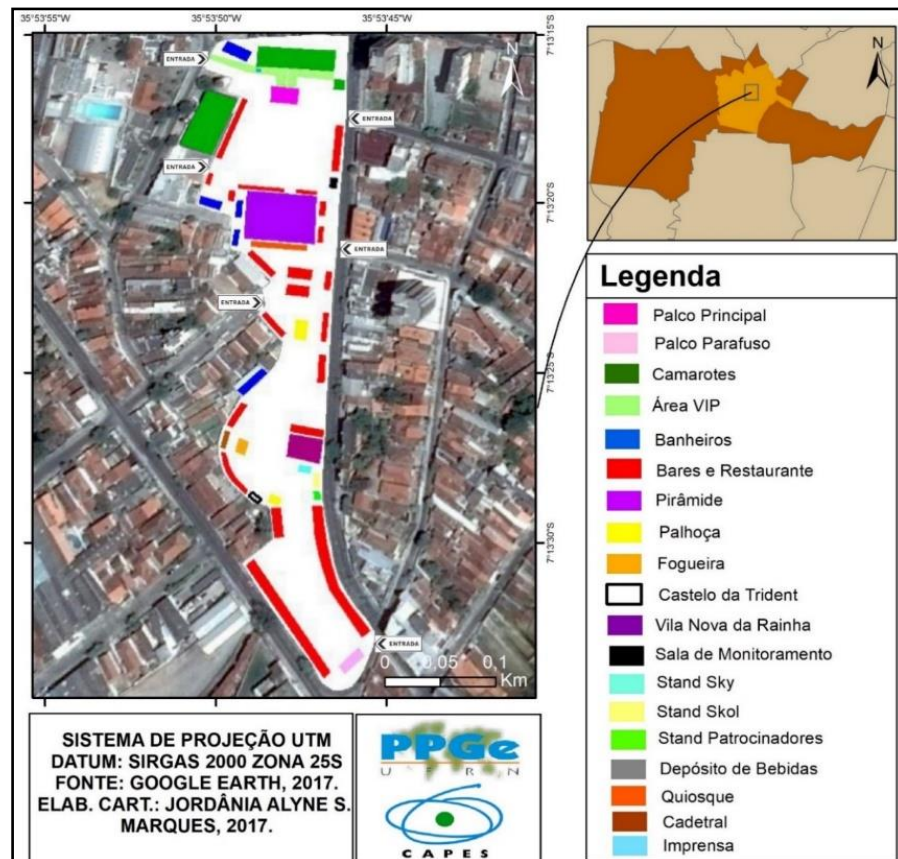
Tendo como arcabouço as postulações de Bezerra (2006), Castro (2012) e Lima (2008), a festa junina do Parque do Povo transformou-se em um megaevento que acarreta em ganhos econômicos para empresários e comerciantes, além de evidenciar o uso midiático pela classe político-partidária. A empresa Aliança, responsável pelo evento a partir da aprovação pela Câmara Municipal de Campina Grande (a vigência se iniciou em 2016 e se prolongará até 2036), busca atrair empresas para patrocinarem a festa junina, e em contrapartida, suas marcas ganham visibilidade em telões, na televisão, em redes sociais digitais, bem como passar a ter a venda exclusiva dentro do local festivo.

É válido salientar que os embates entre a empresa e os vendedores do Parque do Povo foram intensos, pois a empresa aumentou consideravelmente os valores dos aluguéis de quiosques, bares e restaurantes, bem como as bebidas e gelo só podiam ser comprados no depósito da patrocinadora Ambev, com os valores acima do mercado, conforme relatos de comerciantes entrevistados.

Considerando a lógica mercadológica na qual a festividade está envolvida, a representação cartográfica (Mapa 3) permite a visualização do *layout* da festa em 2017, que teve início no dia 2 de junho e se encerrou no

dia 2 de julho. Nota-se uma racionalidade das formas rígidas fixas e efêmeras (CASTRO, 2012), configurando um desenho e/ou uma forma da festa, contendo palco principal e secundário, camarotes, Pirâmide, quiosques, bares, restaurantes, palhoças de forró pé-de-serra, cidade cenográfica, banheiros e *stand* de patrocinadores.

Ao observarmos o *layout*, fica evidente o aumento da extensão privada em frente ao palco principal por meio dos camarotes e da área *vip*, além de constatarmos que os maiores banheiros fixos do local estavam dispostos nessa área. A presença de artistas sertanejos, de forró eletrônico, de *axé music* e de *funk* dividiu opiniões, alguns festeiros elogiaram as atrações, em contrapartida, outros se manifestaram combatendo veementemente os *shows*, em consonância com os *emotions* atribuídos aos nomes dos artistas.



Mapa 3 – Layout do Parque do Povo em 2017. Fonte: Autoria própria (2017).

Ao utilizarem a *#devolvameusaojoao* nas redes sociais, artistas nordestinos e festeiros argumentavam a perda de autenticidade da comemoração: “a curto prazo a terceirização pode até trazer ganhos econômicos, porém a longo prazo vai diminuir a identidade nordestina” (Paulo – entrevista concedida em 10 de junho de 2017).

No Parque do Povo existe uma segmentação do ponto de vista socioeconômico e de orientação sexual que se reverbera no território e produz territorialidades, nas proximidades do palco principal, inclusive os próprios festeiros percebem isso e as mapeiam (Figura 5).

Sobre as territorialidades LGBT, elas se configuram de modo especial nas proximidades do Bar do Tenebra, considerado por seus frequentadores como um local democrático e alternativo, onde “as pessoas que o frequentam são livres de preconceitos” (Depoimento concedido em 12 de junho de 2017). Até 2006, o bar era um pequeno quiosque que vendia a cachaça da casa (Misteriosa do Encanto) e reproduzia ritmos nordestinos (coco,

maracatu, ciranda, *mangue beat* e forró), músicas brasileiras de outros seguimentos, além de ser um espaço de venda de CDs de artistas paraibanos. No ano subsequente, deu-se início às divergências entre o proprietário e a coordenação do evento, pois essa passou a questionar o uso do som e o perfil dos frequentadores do estabelecimento, em sua maioria composta por cabeludos e tatuados com brincos e *piercing*. Apesar disso, o ano de 2008 foi marcado pela resistência tanto por parte do dono quanto por parte de seus frequentadores.

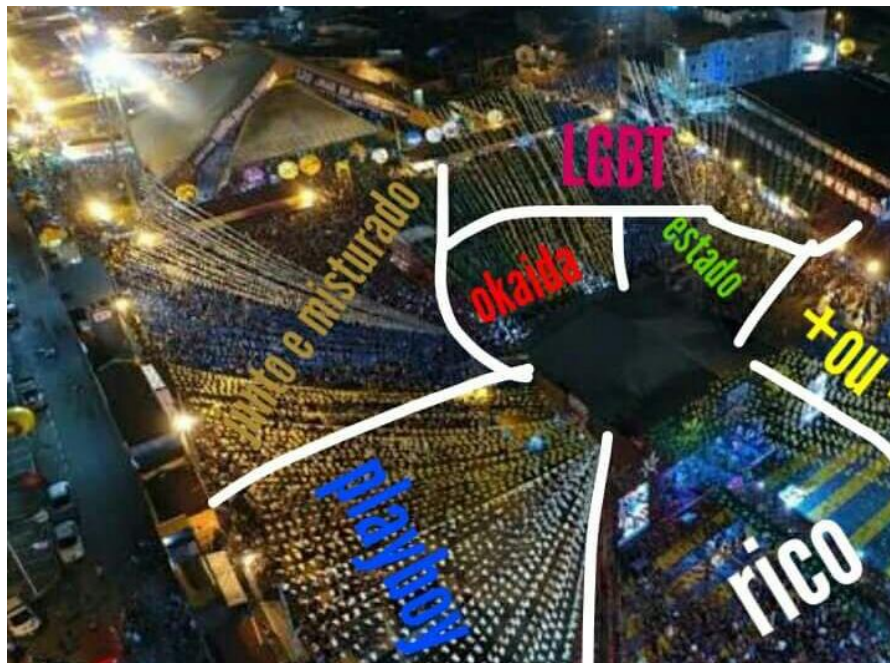


Figura 5 – Territorialidades do palco principal. Fonte: Autor desconhecido, disponibilizado por um membro do Grupo do Facebook “Festas Juninas de Campina Grande”.

Após esse período, de 2009 a 2014, houve a configuração do Palco Multicultural do Tenebra, simultaneamente à programação oficial do Palco Principal e das palhoças, evidenciando o encontro de ritmos regionais. Em 2017, na Pirâmide, realizou-se casamento comunitário, *shows* de trio de forró e apresentações de quadrilhas e grupos folclóricos, com destaque para o concurso de quadrilhas juninas de Campina Grande nos dias 9 e 10 de junho.

As quadrilhas trouxeram muito brilho, música ao vivo, cenografias, coreografias e temáticas variadas, desde a fertilidade da terra no Nordeste, até aspectos das religiões afro-brasileiras. Todavia, antes de começar, a associação teve problemas com a empresa organizadora do evento, conforme o depoimento abaixo:

Estamos vendo uma certa descaracterização do Parque do Povo, estão elitizando uma festa que é do povo, e assim, esse ano ocorreu um grande desrespeito com relação a Pirâmide, foi uma luta férrea para que a conseguíssemos de volta para as quadrilhas. A Pirâmide é a casa das quadrilhas em Campina Grande, é um símbolo para todo o Nordeste e para todo quadrilheiro. Infelizmente a Aliança não queria permitir que o festival ocorresse lá e os nossos governantes não podem deixar uma empresa fazer isso com a nossa cultura. O São João é uma festa do povo e para o

povo, o Parque do Povo é do povo, o próprio nome já indica, não é justo que nenhuma pessoa ou empresa chegue e queira o transformar em uma festa de riquinho, em um *open bar*, área *prime*, ali é do povo (Marcos - entrevista concedida em 11 de junho de 2017).

Resolvidos os empasses, as quadrilhas voltaram a se apresentar no local de costume. Antes das 19 horas, as arquibancadas estavam repletas de espectadores, muitos vestidos com as camisas de suas quadrilhas juninas preferidas e com bolões de ar na cor da sua favorita, sendo estes geossímbolos, definidos segundo Bonnemaïson “como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalecem em sua identidade” (BONNEMAISON, 2002, p. 109); potencializando as disputas entre as principais rivais: Moleka Sem Vergonha e Mistura Gostosa.

Saindo da Pirâmide, em direção a parte inferior, tem-se as palhoças de forró, as quais são mais frequentadas por adultos e idosos, bem como, o espaço da Ypióca. Seguindo, encontramos a réplica da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Imaculada Conceição com exposição das imagens dos santos juninos e de quadros feitos com base em narrativas bíblicas. Na Vila Nova da Rainha acomodam-se a imprensa e os vendedores de artesanato, ao lado dos *stands* de patrocinadores do evento, com destaque para a Vila Skol e sua reprodução de música eletrônica.

Quanto mais distante da Pirâmide, maior é o tamanho dos bares, a diversidade de alimentos e o poder aquisitivo de seus frequentadores, estando esses próximos ao palco Parafuso, onde ocorrem as apresentações das bandas de forró. Todavia, mesmo em meio ao caráter mercadológico da festa, as pessoas estabelecem vínculos de afetividade com o local, constroem territorialidades, além de ser um momento de encontros de amigos e familiares.

Mapa 4 – Parque do Povo e Polo de Eventos Ronaldo Cunha Lima



Fonte: Autoria própria (2017).

Durante o encerramento da festa, em 2 de julho de 2017, os impasses e tensões continuaram, muitos barraqueiros e brincantes comentavam sobre o futuro da festa, levando-se em consideração a parceria com a iniciativa privada. Um mês após o encerramento das festividades, a gestão municipal enviou para a Câmara de Vereadores um projeto de lei autorizando a empresa Aliança a gerir a festividade por 20 anos, a qual, deverá nos próximos anos ser transferida do Parque do Povo para o Polo de Eventos Ronaldo Cunha Lima (mapa 4), reforçando mais uma vez a proeminência da família Cunha Lima, especial de Ronaldo, que mesmo após sua morte, continua viva através de símbolos como a própria festa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Factualmente, as festas juninas têm feito parte da dinâmica urbana de Campina Grande, a datar da década de 1940, momento marcado pela constituição de suas áreas periféricas, em decorrência dos processos migratórios. As confraternizações ocorriam de modo espontâneo, reafirmando as proximidades, os laços de afetividade e sociabilidade entre os amigos e familiares em suas residências e nas ruas. Posteriormente, as elites também passam a festejar em clubes e associações.

A partir da década de 1980, com o “projeto junino” tendo como carro chefe as quadrilhas juninas, a gestão municipal passa a investir na centralização da comemoração, inicialmente em dois espaços: Açude Novo e Estação Velha. Todavia, é quando Ronaldo Cunha Lima retoma sua hegemonia política na cidade e constrói o Parque do Povo em 1986, o que amplia a espetacularização midiática e turística da festa junina na cidade.

Sob essa ótica, os esforços passam a ser direcionados para “O Maior São João Mundo”, com a extensão temporal de trinta dias, envolta de uma perspectiva econômica visando atrair turistas, sendo vendida a imagem de uma identidade nordestina construída discursivamente pelas oligarquias agrárias, calcadas na ruralidade, religiosidade e no discurso de um povo forte mesmo diante das adversidades impostas pelos longos períodos de estiagem.

Assim sendo, nos deparamos com apropriações marcadas por tensões, conflitos e sentimentos de pertencimento aos locais festivos. Nos arredores do Parque do Povo os territórios foram apropriados por flanelinhas, mototaxistas e taxistas nos estacionamentos, comerciantes de alimentos e bebidas nas calçadas das ruas e no entorno do Parque Evaldo Cruz, usando-as não apenas para vender seus produtos, mas também para se alojarem durante os trinta dias de festa. Além disso, por intermédio de pichações, a estrutura metálica do Parque do Povo e a parede das casas foram suportes de mensagens de descontentamento diante da conjuntura política do Brasil em 2017, bem como dos processo de terceirização da festa junina na cidade.

No Parque do Povo, os embates territoriais ocorrem antes mesmo da festa começar, desde o anúncio da programação oficial do palco principal, sendo esta mal vista por alguns dos nossos entrevistados, já que as grandes bandas de forró estilizadas, de *axé music*, de *funk* e de sertanejos ganham espaço na festa junina. A presença delas guarda uma estreita relação com a privatização das festas juninas, uma vez que, ao financiar uma festa desse porte, os patrocinadores esperam ter um retorno financeiro positivo. Assim sendo, essas atrações simpatizadas pela grande massa é um “tiro certo” para o atingir das metas de vendas.

Como consequência do seu caráter mercadológico, as tensões são destacadas pela segregação socioespacial advindas das distintas condições socioeconômicas dos sujeitos, as quais ditam onde estes

permanecem no local festivo. Acrescentam-se ainda resistências no que concerne às territorialidades alternativas, com destaque para o público LGBT e as quadrilhas juninas estilizadas. Todavia, mesmo em meio a essa lógica de venda da comemoração, os indivíduos possuem relações de afetividade com as festividades do Parque do Povo.

Portanto, é inegável a concentração, espetacularização e hegemonia da festa junina no Parque do Povo em Campina Grande, o que acabou por comprometer a espontaneidade de algumas festas de bairro, embora elas persistam. Assim, ambas as modalidades festivas continuam em um constante processo de reinvenção, e são realizadas a partir da disputa territorial e tensões nos lugares festivos; tanto do ponto de vista material quanto simbólico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M de. **A feira dos mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- BEZERRA, A. C. **A (re) invenção das Festas e da Identidade no espaço urbano de Mossoró - RN**. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói- Rio de Janeiro. 2006.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (Orgs.). **Geografia Cultural: Um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CASTRO, I. E de. O problema da escala. In. CASTRO, I. E; GOMES, P. C da C; Corrêa, R. L.(Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CASTRO, J. R. B de. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- CHIANCA, L. **São João na Cidade: ensaios e improvisos sobre as festas juninas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- CORRÊA, M de V; ROZADOS, H. B. F. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. *In.:* **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n.49, v. 22, Maio/Ago, 2017, p. 1-18.
- COSTA, P. R. M da; DOZENA, A. Paredes que falam: simbolismo e transgressão espacial na cidade de Natal – RN. *In.:* **Geograficidade**. v. 4, n. 1, 2014.
- DOZENA, A. **As territorialidades do Samba em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- EULÁLIO, M. D. **Bate coxa em Campina Grande: História social do forró na cidade do “Maior São João do Mundo” (1950-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2014.
- FERREIRA, L. F. O lugar festivo: a festa como essência espaço-temporal do lugar. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-31, jan./jun. 2003.
- GAMALHO, N. P. Narrativas do espaço nas histórias de vida: Os desafios das metodologias qualitativas na geografia. *In.:* HEIDRICH, Á. L; PIRES, C. L. Z (Orgs). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

- GOMES, P. C da C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- GRAVARI-BARBAS, M. Novas festas, novos lugares, novas espacialidade. Para uma geografia dos eventos festivos em Paris. **Revista Cidades**. Presidente Prudente – SP, 2011, p. 207-228.
- GWIAZDZINSKI, L. A cidade por intermitência: Do tempo da festa a um urbanismo dos tempos. **Revista Cidades**. Presidente Prudente – SP, 2011, p. 337-357.
- HAESBAERT, R. Da. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HALL, S. Cultura popular e identidade. In: _____. **Diáspora**. Identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- HARVEY, D. **O enigma do capital** : e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Bomtempo , 2011.
- KIM, K. Os dois valores utilizados hoje pelas festas tradicionais em duas localidades coreanas. **Revista Cidades**. Presidente Prudente – SP, 2011, p. 163-180.
- LACERDA JÚNIOR, J. A; LIRA, A. N da C. **Retratos de Campina Grande: Um século em imagens urbanas**. Campina Grande: UFCG. 2012.
- LIMA, E. C. A. **A fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. 2ª Ed. Campina Grande, EDUFCG, 2008.
- LIMA, S. C de. Os que já estavam: A perspectiva existencial de sujeitos indígenas em Góias. In.: CHAVEIRO, A. F; CASTORINO, A. B; BORGES, R. M. R(Orgs). **Espaço, sujeito e existência**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2016.
- MADOEUF, A. Uma semana da vida de uma cidade: Sobre os mûlds do Cairo. **Revista Cidades**. Presidente Prudente – SP, 2011, p. 305-315.
- MARINHO, J. T. **A segregação sócio-espacial no São João do Parque do Povo em Campina Grande-PB**. 2013. 60 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB. 2013.
- MARQUES, J.A.S. **As territorialidades da Festa Junina de Campina Grande - PB (2016 - 2017)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.
- MELO, E. M. **A paisagem em foco**: leituras fotográficas de Jardim do Seridó–RN. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal- RN, 2008.
- MORIGI, V. J. **Narrativas do Encantamento**: O maior são João do mundo, mídia e cultura regional. Porto Alegre: Armazém digital, 2007.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- OLIVEIRA, R. V. **Campina Grande em debate**: A condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEP, 2009. 213p.
- PAULA, F. C de. Sobre a Dimensão Vivida do Território: tendências e a contribuição da Fenomenologia. **Geotextos**, v. 7, p. 105-126, 2011.

SEEMANN, J. Tradições humanísticas na Cartografia e a Poética dos Mapas. In: MARANDOLA JÚNIOR, E; HOLZER, W; OLIVEIRA, L (Orgs) **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

TORRES, M. A. Entre a paisagem sonora religiosa e as paisagens da memória e da imaginação: uma proposta metodológica. In.: HEIDRICH, Á. L; PIRES, C. L. Z (Orgs). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016a.

TORRES, M. A. A música religiosa e suas espacialidades. In.: DOZENA, A (Org). **Geografia e Música.** Natal: EDUFRN, 2016b.

VERDUM, R; CARON, D; COELHO, L. C; MARTINS, M. C; PANITZ, L. PIMENTEL, M; PUNTEL, G.A; RANGEL, M; SCHWERZ, J.P; SILVA L. A. P da; SOLLER, J de; VIEIRA, L de F dos S. Um mosaico de relações – o *Pagus* e as múltiplas leituras para o estudo da paisagem. In.: HEIDRICH, Á. L; PIRES, C. L. Z. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.